

N.º DO REGISTRO

89.0008741-0

PAUTA 271 09/1/89

JULGADO EM 25/10/89

Volume

1



PODER JUDICIÁRIO

Julgado: 13/12/89

# SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECLAMAÇÃO

02 - PR

Relator, o Senhor Ministro

Eduardo Ribeiro

1971-11-176  
ST-QUINTO E SEXTO  
RECLAMAÇÃO

PROCESSO : 89.0008741-0

RCL

2 PR

AUTUADO EM 04/07/89

VOLUME : 1

RCTE

ADV'S

RCDO

DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 04/07/89

RELATOR

MIYAZAKI S/A - COML/ AGRICOLA  
EDUARDO LUIZ DELLA ROCCA e outro  
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARANA  
MIN. EDUARDO RIBEIRO - SEGUNDA SECAO

Rcte-ADV. Lauro Franco Leites, fls. 163.  
Eduardo Ribeiro

Na data e sob o número constante da etiqueta, a petição inicial e documento(s) que a acompanha(m) foram distribuídos, registrados e autuados.

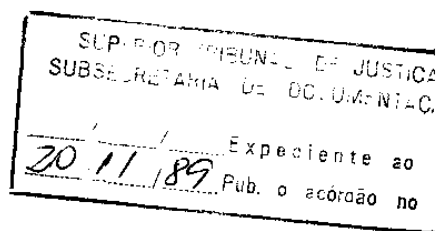
SUBSECRETARIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS



Imp

P.J. — SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

08906



**RECLAMAÇÃO Nº 02 - PARANÁ (89.00087410)**

**RELATOR:** MINISTRO EDUARDO RIBEIRO  
**RECORRENTE:** MIYAZAKI S/A - COML/AGRÍCOLA  
**RECORRIDO:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**ADVOGADOS:** DRS. EDUARDO LUIZ DELLA ROCCA E OUTRO

**EMENTA:** Mandado de segurança - Indeferimento liminar - Agravo regimental.

Inexiste invasão de competência do Superior Tribunal de Justiça em decisão que considera erro grosseiro a interposição de "recurso ordinário de apelação" visando a impugnar ato de relator que indeferiu liminarmente mandado de segurança. Cabimento de agravo regimental.


### **A C Ó R D ã O**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

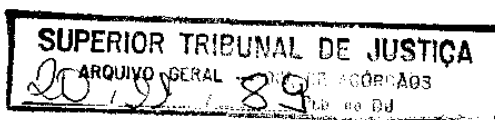
Decide a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, julgar improcedente a reclamação, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 25 de outubro de 1989

  
MINISTRO GUEIROS LEITE  
PRESIDENTE

  
MINISTRO EDUARDO RIBEIRO  
RELATOR

089000870  
041012900  
000000290



am

88007

2ª SEÇÃO

P.J. — SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECLAMAÇÃO Nº 02 - PARANÁ (89.0008741-0)

RELATOR : SR MINISTRO EDUARDO RIBEIRO

RECORRENTE : MIYAZAKI S/A - COML/ AGRÍCOLA

RECORRIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

089000870  
041022900  
000000260

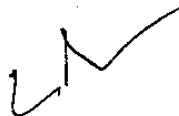
RELATÓRIO

O SR MINISTRO EDUARDO RIBEIRO: - Permito-me adotar, a título de relatório, o parecer do Ministério Público, nos seguintes termos:

"MIYAZAKI S.A. - Comercial Agrícola requereu segurança ao Eg. Tribunal de Justiça do Paraná, contra ato do MM Juiz de Direito da Comarca de Apucarana, que lhe denegara medida liminar de busca e apreensão de certo número de sacas de café, depositadas em garantia de financiamento, representado por cédula rural pignoratícia, em favor do Banco Real S.A. que, segundo se alegou, vendera de forma irregular o referido café (f. 17).

No writ, postulou a impetrante, liminarmente, fosse deferida a busca e apreensão anteriormente denegada, nas quantidades específicas de cada tipo de café já vendido, bem como a notificação do administrador do Armazém da Rede Ferroviária Federal, para que não entregasse o saldo das sacas remanescentes em seu poder (fls. 23/4).

O eminente Desembargador, a quem distribuído o feito, indeferiu **in limine** a segurança, ao argumento de que esta somente é cabível quando ataca decisão judicial manifestamente ilegal, causadora de "dano real, efetivo e objetivamente irreparável", o que não se configuraria no caso, onde o magistrado agira, ao contrário, "dentro dos limites previstos na legislação processual" (fl. 98).



Recl. 02

P.J. — SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Contra esse **decisum**, a vencida interpôs recurso a que, inicialmente, denominou de "apelação" (f. 101), fundado, contudo, no art. 105, II, **b** da CF/88, requerendo fosse processado e, depois, julgado pelo STJ (fl. 108).

Os autos foram ter ao mesmo relator, que os colocou em mesa para julgamento (f. 129), ao fim do qual a Eg. Corte de Justiça paranaense houve por bem não conhecer do apelo, "por incabível e em face de evidente erro grosseiro", acrescentando que, no caso, "cabível seria o agravo regimental, previsto em norma regimental" (f. 144/5).

Manifesta, agora, a impetrante, reclamação, com apoio no art. 105, I, **f** da CF/88, ao argumento de que a decisão por último referida invadiu a competência privativa do STJ, postulando, afinal, seja ela anulada, com avocação dos autos para que aqui se julgue o recurso interposto (f. 13).

Nas informações, o eminente Presidente do TJ/PR limitou-se a juntar cópia das decisões ali exaradas no caso em comento, tendo os autos, a seguir, vindo com vista ao MPF (f. 151).

A reclamação, contudo, não merece provida, por quanto não se configura qualquer dos pressupostos dela autorizativos: a garantia da autoridade de decisão do STJ e a preservação de sua competência (CF, art. 105, I, **f**).

Com efeito. Requerida a segurança perante a Eg. Corte de Justiça local (f. 17), foi ela indeferida, liminarmente, por despacho unipessoal do eminente Desembargador-relator (f. 98).

Desse decisório, o recurso cabível, como assinalou o v. acórdão reclamado, era o agravo regimental, previsto em norma expressa do Regimento Interno do Eg. Tribunal de Justiça do Paraná (fl. 145).



Rec1. 02

P.J. — SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Interposto, contudo, "o recurso ordinário de apelação" (f. 102), incorreu, o interessado, ao que parece, em erro grosseiro, mesmo se se desprezasse a imprecisão técnica da terminologia empregada, para considerar-se como exato o fundamento recursal do art. 105, II, **b** do novo texto constitucional.

É que o recurso ordinário aí previsto só é admissível das decisões denegatórias de mandados de segurança proferidas, em única instância, por "Tribunais", quer os Regionais Federais, quer os Estaduais, do DF ou dos Territórios.

Na espécie, entretanto, a decisão denegatória do **writ** foi exarada por ato unipessoal do relator, o que, portanto, não poderia ensejar desde logo a manifestação do recurso constitucional ordinário.

Impunha-se, assim, exaurisse, o vencido, previamente, o recurso que a norma regimental colocava a seu dispor, para, subsequente ao pronunciamento definitivo do Tribunal estadual, fosse, aí sim, interposto o recurso ordinário cabível.

É que a manifestação isolada do relator, inobstante parcela da Corte que integra, não pode traduzir a palavra definitiva do órgão colegiado, cujo Regimento coloca à disposição da parte agravada pelo **decisum** unipessoal a irresignação própria, a que os doutos de processualística reconhecem a natureza de autêntico recurso.

Com a promulgação da nova Constituição, ainda mais se fortaleceu a autonomia dos Tribunais estaduais para dispor "sobre a competência e funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos" (CF, art. 96, I, **a**).

Nessas condições, não há falar em preservação de competência do STJ, pressuposto invocado para




Recl. 02

P.J. — SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

fundamento da reclamação, se, como se viu, não era caso, até então, prolatada a decisão isolada do relator, de interpor-se o recurso ordinário previsto no art. 105, II, b da CF/88, mas o agravo regimental para a própria Corte de Justiça local, o que, entretanto, não foi feito.

Pelo exposto, opina o MPF pela improcedência da reclamação."

É o relatório.



am

00011

25.10.89

2ª SEÇÃO

**P.J. — SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

RECLAMAÇÃO Nº 02 - PARANÁ (89.0008741-0)

RELATOR : SR MINISTRO EDUARDO RIBEIRO

RECORRENTE : MIYAZAKI S/A - COML/ AGRÍCOLA

RECORRIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

E M E N T A: Mandado de segurança -  
Indeferimento liminar - Agravo regimental.

Inexiste invasão de competência do Superior Tribunal de Justiça em decisão que considera erro grosseiro a interposição de "recurso ordinário de apelação" visando a impugnar ato de relator que indeferiu liminarmente mandado de segurança. Cabimento de agravo regimental.

089000870  
041032900  
000000230

V O T O

O SR MINISTRO EDUARDO RIBEIRO: - Considero que o bem lançado parecer examinou adequadamente a espécie. O recurso ordinário será cabível em se tratando de decisão denegatória da segurança, com tal não se confundindo o ato do relator que indefere a inicial e que se sujeita a agravo regimental. Em tais circunstâncias, não há cogitar de invasão da competência desta Corte, a ser preservada pela via eleita. Se competente para inadmitir o recurso era o Presidente do Tribunal a quo ou o colegiado, não é matéria que se contenha no estreitíssimo âmbito da reclamação. Julgo-a, pois, improcedente.



1mp

00012

P.J. — SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

089000870  
041042900  
000000200

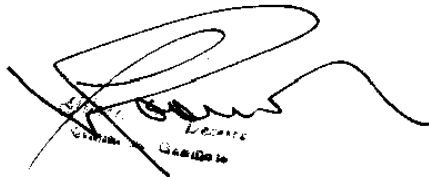
EXTRATO DA MINUTA

Rcl. 02-PR (89.00087410)- Rel.: Min. Eduardo Ribeiro.  
Recte: Miyazaki S/A-Coml. Agrícola. Recdo: Tribunal de Justiça do  
Estado do Paraná. Advs: Drs. Eduardo Luiz Della Rocca e outro.

**Decisão:** "A Seção, por unanimidade, julgou improcedente  
a reclamação, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator." (Em:  
25.10.89 - Segunda Seção)

Votaram com o Relator os Srs. Ministros Athos Carneiro,  
Waldemar Zveiter, Fontes de Alencar, Cláudio Santos, Sálvio de Fi  
gueiredo, Barros Monteiro, Bueno de Souza e Nilson Naves.

Presidiu o julgamento o Sr. Min. GUEIROS LEITE.



Waldemar Zveiter  
Presidente do Conselho de Estado